



BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56



Exercício encerrado em 31.12.2023

c) Outras Receitas Operacionais			
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Atualização de depósitos judiciais	2.603	5.220	4.632
Outras	108	298	417
Total	2.711	5.518	5.049

d) Outras Despesas Operacionais			
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Atualização monetária de dividendos	(5.310)	(12.873)	(3.919)
Despesas com demandas fiscais	(5.091)	(5.104)	(2)
Despesas com demandas cíveis	(3.196)	(4.049)	(14.536)
BB - Custos indiretos/suporte operacional	(584)	(1.605)	(1.038)
Outras	(364)	(440)	(651)
Total	(14.545)	(24.071)	(20.146)

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
a) Capital Social			
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Base de cálculo:	156.572	324.027	307.660
- Lucro líquido	164.813	341.081	323.853
- Reserva legal constituída no período	(8.241)	(17.054)	(16.193)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	39.143	81.006	76.914
Dividendo adicional (75%)	117.429	243.021	230.746
Total destinado ao acionista	156.572	324.027	307.660
Lucro líquido após as destinações	--	--	--

b) Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido			
	2º Semestre/2023	Exercício/2023	Exercício/2022
Base de cálculo:	156.572	324.027	307.660
- Lucro líquido	164.813	341.081	323.853
- Reserva legal constituída no período	(8.241)	(17.054)	(16.193)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	39.143	81.006	76.914
Dividendo adicional (75%)	117.429	243.021	230.746
Total destinado ao acionista	156.572	324.027	307.660
Lucro líquido após as destinações	--	--	--

13 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, não foram identificados "itens não recorrentes", nos períodos 01.01.2023 a 31.12.2023 e 01.01.2022 a 31.12.2022.

Extrato das informações relevantes contempladas no relatório dos Auditores Independentes

As demonstrações contábeis completas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-leasing-sa---arrendamento-mercantil/informacoes-financeiras#/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 20 de março de 2024, sem modificações.

Extrato das informações relevantes contempladas no parecer do Conselho Fiscal

O Parecer do CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, datado de 15 de março de 2024, emitido em conjunto com as demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/elbb/bb-leasing-sa---arrendamento-mercantil/informacoes-financeiras#/>. O referido parecer opina que os documentos avaliados no âmbito daquele Conselho encontram-se em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

INVESTIGAÇÃO

Amarrando as pontas soltas

Pai do tenente-coronel Mauro Cid depõe à PF, por cerca de 2h30, em inquérito que tangencia outras duas apurações

» RENATO SOUZA
» FABIO GRECCHI

O depoimento do general Mauro César Lourena Cid, ontem, serviu para esclarecer e confirmar, segundo fontes da Polícia Federal, alguns pontos da investigação sobre a venda, nos Estados Unidos, de joias apresentadas à Presidência da República pelo governo da Arábia Saudita que têm conexão com outros inquéritos em curso no Supremo Tribunal Federal (STF) — como o da articulação de um golpe de estado e a falsificação do cartão de vacina do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele ficou aproximadamente 2 horas e 30 minutos na sede da PF, em Brasília.

Embora o depoimento do general da reserva já estivesse agendado, aconteceu dias depois que seu filho, o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, voltou ao regime fechado de prisão depois da divulgação de um áudio no qual ele faz críticas à PF e ao ministro Alexandre de Moraes, do STF. Sobre a corporação, acusou-a de fazê-lo admitir episódios sobre os quais não teria conhecimento; a respeito do magistrado, disse que não estava interessado na elucidação de fatos e que já teria tomado as decisões dos inquéritos que preside.

A prisão de Cid não apenas piorou sua situação, como, segundo fontes da PF, pode atingir seu pai e sua mulher, Gabriela, nos inquéritos em que estão citados. A intenção do tenente-coronel é que as punições não os alcancem.

Reprodução/Redes sociais



General registrou-se ao fotografar caixa de presente dado pelo Bahrein

Complicação

Porém, no caso do general Cid, a situação é um pouco mais complicada. Isso porque ele seria o responsável por negociar, nos Estados Unidos — onde mora —, as pedras preciosas do conjunto de joias e outros presentes recebidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pela ex-primeira-dama Michelle.

O conjunto presenteado pelo governo saudita é composto por um relógio da marca Rolex, de ouro branco, um anel, abotoaduras e uma masbaha — um rosário islâmico para preces. A participação de Lourena Cid se daria, também, por ceder a conta bancária que receberia o dinheiro apurado na venda das joias — para ser, posteriormente, entregue a Bolsonaro, segundo as investigações da PF.

Aleesp/Divulgação



Lourena ocupava cargo de gerência no escritório da Apex, em Miami

O general, porém, inseriu-se no esquema irregular de venda de presentes à Presidência da República que tinham algum valor: tirou uma selfie ao fotografar a caixa laqueada em que estava a escultura de uma palmeira, folheada a ouro, que tinha sido entregue a Bolsonaro, em 16 de novembro de 2022, no encerramento do Seminário Empresarial da Câmara de

Comércio Árabe-Brasileira, em Manama, no Bahrein.

No governo do ex-presidente, Lourena Cid assumiu o posto de gerente no escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), em Miami. O general e Bolsonaro se conheceram desde a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), onde se formaram na década de 1970.

No STF, mais 21 acordos homologados

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), homologou mais 21 acordos de não persecução penal fechados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) com denunciados por participação nos atos golpistas do 8 de Janeiro. Com a nova leva, já são 102 acertos relacionados à tentativa de golpe de Estado, em 8 de janeiro de 2023, chancelados pelo Corte. “Na presente hipótese, o acordo de não persecução penal é medida suficiente, necessária e proporcional à reprovação e prevenção do crime”, observou Moraes na decisão.

O acordo exige a confissão dos réus e o cumprimento de uma série de cláusulas definidas pela PGR. Em troca, a ação penal em curso no STF é arquivada e as medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica, são revogadas.

Entre as condições impostas pela PGR, estão o cumprimento de 300 horas de serviços comunitários ou em entidades públicas; o pagamento de multa, calculada de acordo com a situação financeira de cada réu; a participação presencial em um curso sobre democracia, com carga horária total de 12 horas; e a não utilização de redes sociais abertas até o término do cumprimento das cláusulas estabelecidas.



ALEXANDRE GARCIA

AS PRISÕES (DO CASO MARIELLE) NÃO VÃO RESOLVER MUITO. QUEM SABE, TODOS ACABARÃO SOLTOS ANTES DE QUALQUER SENHORINHA DA BÍBLIA FLAGRADA DERRUBANDO O GOVERNO POR ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DE DIREITO

Fim de campanha

Durou seis anos. Foi um longo tempo. Mais que uma daquelas novelas inacabáveis, mas acabou. Interessante que acaba registrando na partitura da história o sinal musical, em italiano, Da Capo. Para assinalar que o final já estava lá no começo e, agora, basta repetir os acordes e a letra.

O então ministro da Justiça e Segurança Pública, a que se subordina a Polícia Federal (PF), hoje senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), lembra. Ele postou no

X (antigo Twitter) que, em 2019, já aparecia o nome do mandante e o motivo. O governo na época quis terminar logo com a agonia e propôs que a PF assumisse o caso para concluir o inquérito. Mas a reação foi gigantesca. Acabar logo com essa campanha que tem a força dramática de um corpo de mulher assassinada? Perder a força dos ingredientes? Jamais. Não, deixem a Polícia Civil do Rio conduzir a novela, sob a batuta do delegado Rivaldo Barbosa. Nem o Felix Caignet, de O

Direito de Nascer”, faria melhor.

E durou seis anos, desde o assassinato, em março de 2018. Os Brazão já estavam citados, talvez até a espelhar um triste trocadilho como aumentativo de Brasil. Mas ficaram ocultos porque o alvo eram os Bolsonaro.

Noticiaram até que miliciano, assassino de Marielle, fora à casa dos Bolsonaro em um condomínio na Barra da Tijuca. Por 300 semanas se insinuava nas redes sociais ou na tevê e jornais que o sobrenome Bolsonaro bordejava o assassinato de Marielle como a face de Adélio tangenciou os órgãos vitais do candidato naquele mesmo ano de 2018.

Mas não dá para comparar os dois casos. Um brigava pelo território da zona oeste do Rio, o outro queria o território inteiro do Brasil.

Era uma questão fundiária de Jacarepaguá e adjacências, mas a campanha a converteu em luta pela democracia, e até pelo LGTBQIA+ e o feminismo. A exploração do assassinato rendeu até um ministério para a irmã da vítima. Seu currículo: ser irmã da vítima.

Não podiam anunciar logo o que estava já evidente em 2019. Precisava render mais frutos. Havia outra eleição presidencial pela frente e era preciso manter

os Bolsonaro como futuros indiciados pela morte de Marielle. Afinal, vivemos em tempos em que ninguém se pergunta o que está engolindo. Engolir sem perguntar fica mais fácil. E ninguém perguntava que interesse teriam os Bolsonaro na morte da vereadora.

As prisões não vão resolver muito. O conselheiro do Tribunal de Contas vai ganhar aposentadoria; o deputado vai ter um suplente sobrinho de bicheiro — nepotismo ao pé-da-letra. O delegado deve ter investido muito do que rendeu a Delegacia de Homicídios. E, quem sabe, todos acabarão soltos antes

de qualquer senhorinha da Bíblia flagrada derrubando o governo por abolição violenta do Estado de Direito.

Agora a novela acabou. Terminou a campanha. É como uma segunda-feira após eleição, com o asfalto cheio de propaganda mentirosa deixada no chão. Pairando o desrespeito de usar um cadáver para tentar assassinar a reputação de viventes e de um sobrevivente. Aliás, o mistério que resta desvendar é de que gabinete da Câmara Federal partiu a autorização para o fantasma de Adélio entrar, enquanto ele enfiava a faca em Juiz de Fora.